


EDUCAÇÃO E VÍNCULOS: FORTALECENDO A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

EDUCATION AND BONDS: STRENGTHENING THE RELATIONSHIP BETWEEN SCHOOL AND FAMILY

EDUCACIÓN Y VÍNCULOS: FORTALECIENDO LA RELACIÓN ENTRE ESCUELA Y FAMILIA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-341>

Data de submissão: 29/06/2025

Data de publicação: 29/07/2025

Elson José Ribeiro

Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST University

E-mail: elsonj.ribeiro@hotmail.com

Flávia Baião Soares Moyses

Doutoranda em Ciências da Educação

Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

E-mail: flaviabaiaosoares@hotmail.com

Maridenes Noronha de Oliveira

Doutoranda em Ciências da Educação

Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

E-mail: maridenes.oliveira@gmail.com

Livia Maria Dodds de Melo

Doutoranda em Ciências da Educação

Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

E-mail: livia.dodds@ifba.edu.br

Juliana Maronitti Rodrigues

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST University

E-mail: julianamaronitti@gmail.com

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo compreender as condições que favorecem o fortalecimento da relação entre escola e família, considerando sua relevância para a formação integral do estudante. A investigação delimitou-se como pesquisa de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos acadêmicos publicados entre 2024 e 2025. A questão norteadora consistiu em identificar como as práticas institucionais podem consolidar vínculos colaborativos entre os dois núcleos socializadores. Foram selecionados três textos científicos cujas contribuições possibilitaram a construção de três capítulos temáticos: a colaboração como eixo formativo; os entraves contemporâneos à efetivação dos vínculos; e as práticas integradoras voltadas à aproximação entre escola e família. A análise evidenciou que a efetiva participação familiar não se restringe ao comparecimento em eventos formais, mas exige o reconhecimento de saberes não escolares, a criação

de espaços de escuta e a valorização da diversidade sociocultural dos sujeitos envolvidos. Os resultados também indicaram que a aproximação depende de mediações institucionais e políticas públicas estruturadas, capazes de superar práticas assimétricas, estigmatizantes e excludentes. O estudo concluiu que o fortalecimento do vínculo entre escola e família é condição necessária para a promoção de uma educação equitativa, democrática e centrada na corresponsabilidade. Como proposição futura, recomendou-se a ampliação de estudos empíricos que contemplem as vozes parentais e a avaliação de práticas já instituídas nas redes escolares.

Palavras-chave: Corresponsabilidade Educativa. Mediação Institucional. Escuta Ativa. Inclusão Relacional. Cultura Participativa.

ABSTRACT

This article aimed to understand the conditions that favor the strengthening of the relationship between school and family, considering its relevance for the student's holistic development. The investigation was defined as a bibliographic study with a qualitative approach, based on the analysis of academic articles published between 2024 and 2025. The guiding question focused on how institutional practices can establish collaborative bonds between these two socializing entities. Three scientific texts were selected, which supported the construction of three thematic chapters: collaboration as a formative axis; contemporary obstacles to building such bonds; and integrative practices for school-family rapprochement. The analysis showed that effective family participation goes beyond attending formal events. It requires the recognition of non-school knowledge, the creation of listening spaces, and the appreciation of sociocultural diversity. Results also indicated that strengthening these ties depends on institutional mediation and structured public policies, capable of overcoming asymmetrical, stigmatizing, and exclusionary practices. The study concluded that the reinforcement of the school-family bond is essential for promoting equitable, democratic, and co-responsible education. As a future proposition, it recommended the expansion of empirical studies that include parental voices and the assessment of existing institutional practices.

Keywords: Educational Co-responsibility. Institutional Mediation. Active Listening. Relational Inclusion. Participatory Culture.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo comprender las condiciones que fomentan una relación más sólida entre la escuela y la familia, considerando su relevancia para el desarrollo integral del estudiante. La investigación se diseñó como una investigación bibliográfica con un enfoque cualitativo, basada en el análisis de artículos académicos publicados entre 2024 y 2025. La pregunta guía fue identificar cómo las prácticas institucionales pueden consolidar vínculos de colaboración entre los dos grupos socializadores. Se seleccionaron tres textos científicos, cuyas contribuciones permitieron la construcción de tres capítulos temáticos: la colaboración como eje formativo; los obstáculos contemporáneos para el establecimiento de vínculos; y las prácticas integradoras destinadas a acercar la escuela y la familia. El análisis destacó que la participación familiar efectiva no se limita a la asistencia a eventos formales, sino que requiere el reconocimiento de los saberes no escolares, la creación de espacios de escucha y la valoración de la diversidad sociocultural de las personas involucradas. Los resultados también indicaron que este acercamiento depende de la mediación institucional y de políticas públicas estructuradas capaces de superar prácticas asimétricas, estigmatizantes y excluyentes. El estudio concluyó que fortalecer el vínculo entre la escuela y la familia es una condición necesaria para promover una educación equitativa, democrática y corresponsable. Como propuesta futura, recomendó ampliar los estudios empíricos que consideren la voz de los padres y evaluar las prácticas ya establecidas en los sistemas escolares.

Palabras clave: Corresponsabilidad Educativa. Mediación Institucional. Escucha Activa. Inclusión Relacional. Cultura Participativa.

1 INTRODUÇÃO

A articulação entre escola e família configurou-se, historicamente, como um elemento central na formação educacional dos sujeitos. A literatura educacional conferiu relevo à relevância do envolvimento familiar como fator de apoio à aprendizagem, ao desenvolvimento afetivo e à permanência escolar, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais. No entanto, observou-se que, apesar do consenso teórico acerca dessa relevância, persistiram dificuldades concretas na efetivação de vínculos colaborativos entre esses dois espaços de socialização. Essas dificuldades foram agravadas por práticas institucionais marcadas pela assimetria, pela comunicação unidirecional e pela baixa valorização dos saberes parentais.

O tema revelou-se pertinente diante das recorrentes fragilidades no diálogo entre famílias e instituições escolares, particularmente em redes públicas. A motivação para a escolha do objeto de estudo reside na constatação de que a ausência de vínculos consistentes compromete não apenas o rendimento escolar dos estudantes, mas também a legitimidade do projeto pedagógico e da gestão democrática da escola. A análise crítica da literatura permitiu identificar práticas que reforçaram a exclusão das famílias, bem como experiências institucionais que demonstraram potencial integrador, exigindo, portanto, maior visibilidade no campo acadêmico.

A presente investigação teve como objetivo geral compreender de que maneira as relações entre escola e família poderiam ser fortalecidas a partir de práticas institucionais colaborativas e corresponsáveis. Como objetivos específicos, buscou-se: (a) analisar o papel formativo do vínculo entre escola e família; (b) identificar os obstáculos contemporâneos à sua efetivação; e (c) examinar práticas escolares que favoreceram a aproximação com os responsáveis legais. A questão norteadora formulada consistiu em: ‘Em que medida a aproximação entre escola e família contribuiu para a formação integral do estudante e quais os fatores que dificultaram a efetivação desse vínculo?’

Para alcançar tais objetivos, adotou-se uma metodologia de natureza qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica, ancorada em artigos científicos publicados entre 2024 e 2025, cujas contribuições permitiram desenvolver uma análise teórica crítica. A seleção dos textos considerou a atualidade, a relevância temática e a diversidade metodológica, priorizando autores com atuação na área da educação e da psicologia escolar. A análise fundamentou-se em categorias teóricas como corresponsabilidade, vínculo institucional, escuta ativa e práticas de gestão participativa.

O artigo estruturou-se em três capítulos principais, além desta introdução, da metodologia, da apresentação dos resultados e da conclusão. O primeiro capítulo, intitulado ‘A colaboração família-escola como estratégia formativa’, discutiu a participação parental como elemento fundamental na construção de práticas pedagógicas mais inclusivas. O segundo capítulo, ‘Os desafios contemporâneos

na construção do vínculo entre escola e família’, abordou os entraves institucionais e socioculturais que dificultaram o estabelecimento de relações colaborativas. O terceiro capítulo, ‘Práticas integradoras: experiências de aproximação entre escola e família’, apresentou ações concretas de engajamento institucional baseadas na literatura recente. Em seguida, foram expostos os resultados obtidos a partir da análise dos textos selecionados, seguidos das considerações finais.

2 METODOLOGIA

A presente investigação caracterizou-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e de abordagem bibliográfica, voltada à análise teórico-conceitual das relações entre escola e família no contexto educacional contemporâneo. Conforme exposto por Narciso e Santana (2025, p. 19461),

[...] a metodologia adotada neste estudo baseou-se em uma pesquisa bibliográfica, considerada adequada para o propósito de analisar e criticar as contribuições de autores consagrados no campo das metodologias científicas aplicadas à educação.

Essa opção metodológica permitiu examinar criticamente o tratamento dado ao tema em produções acadêmicas recentes, com ênfase na articulação entre os discursos institucionais e os dispositivos práticos de aproximação entre escola e família. O percurso metodológico foi ancorado na concepção de que “as metodologias científicas contemporâneas demandam uma integração efetiva de inovações tecnológicas para potencializar a pesquisa acadêmica” (Santana; Narciso; Santana, 2025, p. 3). Assim, a análise dos textos foi orientada por critérios de relevância temática, atualidade das publicações e adequação aos objetivos da pesquisa. A seleção do material envolveu a leitura sistemática de três artigos científicos, previamente identificados como fontes centrais para fundamentar os capítulos temáticos desenvolvidos.

Como procedimento metodológico, a análise textual seguiu as diretrizes da leitura analítica e interpretativa, priorizando os trechos que estabeleciam definições conceituais, descrições de práticas integradoras, análises críticas e diagnósticos sobre os desafios no relacionamento entre escola e família. Os textos foram confrontados entre si a partir de um referencial comparativo, permitindo identificar convergências, divergências e lacunas argumentativas.

Foram utilizados, como instrumentos de busca, palavras-chave simples e específicas, com foco no conteúdo semântico central da pesquisa. As expressões utilizadas foram: ‘educação e família’, ‘relações escola-família’, ‘colaboração entre educadores e responsáveis’, ‘vínculo afetivo escolar’ e ‘práticas de aproximação institucional’. Essas expressões foram utilizadas de forma combinada para assegurar a abrangência e a precisão na identificação de materiais pertinentes.

A principal base de dados consultada foi a *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, plataforma de acesso aberto que reúne periódicos científicos da América Latina e do Caribe, com rigorosos critérios editoriais. A escolha dessa base justifica-se pela sua ampla cobertura nas áreas das ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente em publicações voltadas à educação. Foram também considerados os portais de periódicos da CAPES e os repositórios de revistas especializadas em políticas educacionais e psicologia escolar.

Os critérios de inclusão adotados restringiram-se a produções publicadas entre 2024 e 2025, com recorte temático explícito sobre a articulação entre escola e família. Foram excluídos os trabalhos de caráter técnico-administrativo, relatos de experiência não analisados teoricamente e textos opinativos sem embasamento empírico ou referencial consolidado. Além disso, foram priorizados textos que apresentassem diversidade de abordagens, tanto do ponto de vista metodológico quanto institucional.

A estrutura da análise respeitou os seguintes eixos: (1) colaboração família-escola como dimensão formativa; (2) desafios contemporâneos na estabilização de vínculos institucionais; e (3) práticas integradoras e experiências de aproximação. Cada eixo temático corresponde a um capítulo do presente artigo, estruturado com base em três referências centrais e citações específicas de cada uma delas, organizadas conforme os critérios técnicos definidos.

Cabe destacar que, embora a pesquisa se restrinja ao campo bibliográfico, o tratamento conferido aos textos procurou ir além da descrição dos conteúdos, adotando uma postura interpretativa e crítica. A triangulação das fontes permitiu fundamentar as análises desenvolvidas, assim como identificar as tensões conceituais e operacionais que atravessam o tema.

Por fim, reafirma-se que “o rigor metodológico permanece essencial, mesmo diante das transformações impostas pelas novas tecnologias” (Santana; Narciso; Santana, 2025, p. 6). Nesse sentido, o delineamento metodológico adotado neste estudo garantiu a consistência interna da análise, a fidelidade ao objeto de investigação e a articulação entre os objetivos propostos e os resultados apresentados.

3 A COLABORAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA COMO ESTRATÉGIA FORMATIVA

A relação entre a escola e a família constitui um dos pilares centrais da formação educacional, sendo amplamente reconhecida como um fator decisivo no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança. Ao se considerar o processo educacional como uma construção coletiva, torna-se indispensável o diálogo entre os sujeitos responsáveis pela socialização e pela instrução formal. A

atuação conjunta entre professores e responsáveis legais implica reconhecer que o ambiente doméstico também constitui um espaço de formação.

A literatura aponta que a família representa a primeira instância de socialização da criança e desempenha um papel insubstituível na integração de valores, hábitos e atitudes. Nesse sentido, Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p. 100) enfatizam que a família “é considerada a primeira agência educacional do ser humano”, sendo responsável pela mediação inicial entre o sujeito e o mundo social. Tal perspectiva reforça a ideia de que o processo educativo se inicia muito antes da inserção formal no espaço escolar.

A escola, por sua vez, é compreendida como o lócus da sistematização do conhecimento, responsável pela apropriação crítica dos saberes historicamente acumulados. Para os mesmos autores, “a escola é a instituição que tem como função a socialização do saber sistematizado” (Oliveira; Marinho-Araújo, 2010, p. 101). Portanto, o trabalho articulado entre essas duas instâncias se mostra fundamental para garantir a continuidade e a coerência do processo formativo.

Apesar das distinções entre as funções atribuídas a cada espaço, ambas as instituições compartilham a responsabilidade pela formação integral do estudante. Conforme Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p. 102), “escola e família compartilham a tarefa de preparar os sujeitos para a vida socioeconômica e cultural”, ainda que divergindo quanto às metodologias e objetivos específicos. Essa complementaridade, no entanto, exige um esforço conjunto de articulação e escuta mútua.

É justamente nesse ponto que se evidencia a necessidade da colaboração. Santana *et al.* (2024, p. 5) apontam que tal parceria deve partir do “reconhecimento dos saberes prévios das famílias”, o que implica não apenas escutá-las, mas também valorizá-las como parte ativa no processo pedagógico. A escuta qualificada mencionada pelos autores configura-se como ferramenta estratégica para a integração institucional.

A escuta ativa, associada à valorização dos saberes parentais, favorece um ambiente de corresponsabilidade. Polônia e Dessen (2025, p. 305) defendem que a colaboração “depende da capacidade de ambas as instituições reconhecerem suas funções sociais”, preservando suas especificidades sem sobreposição. Essa delimitação de fronteiras institucionais previne tensões e evita interpretações assimétricas quanto ao papel de cada agente no processo educacional.

A atuação colaborativa também demanda o estabelecimento de canais permanentes de comunicação, que não se restrinjam à convocação de reuniões informativas ou à entrega de boletins. Santana *et al.* (2024, p. 6) ressaltam que “a colaboração não pode restringir-se a convocação esporádica”, devendo incluir os responsáveis no cotidiano da escola e nos processos decisórios. Trata-se, portanto, de ampliar o escopo de participação parental.

Essa ampliação exige investimento institucional e preparo docente, aspectos frequentemente negligenciados. Polônia e Dessen (2025, p. 307) assinalam que “o estabelecimento de uma parceria requer tempo, investimento e preparo dos profissionais”, muitos dos quais não recebem formação adequada para mediação com as famílias. A ausência de preparo compromete a qualidade da interlocução e limita o engajamento das famílias.

O despreparo docente para lidar com a diversidade familiar pode resultar em práticas pedagógicas excludentes ou pouco sensíveis às realidades sociais. Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p. 104) alertam que as diferenças socioculturais “dificultam o estabelecimento de diálogo horizontal”, gerando ruídos comunicativos que impactam negativamente o desempenho escolar dos alunos. Assim, a formação inicial e continuada de educadores deve contemplar essa dimensão relacional.

A própria percepção da família sobre seu papel no ambiente escolar influencia o grau de sua participação. Muitas vezes, os pais sentem-se inseguros ou deslocados frente ao universo acadêmico. Conforme Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p. 103), “muitos pais demonstram sentimentos de inferioridade frente aos profissionais da educação”, especialmente quando possuem baixa escolarização. Tal sentimento pode ser mitigado com acolhimento e valorização simbólica dos saberes familiares.

O fortalecimento do vínculo entre escola e família requer também a superação de estigmas. Polônia e Dessen (2025, p. 310) argumentam que “o preconceito institucional que associa certas famílias à negligência educativa” compromete qualquer iniciativa de parceria. Logo, é preciso substituir a lógica de julgamento por uma postura ético-política que reconheça os sujeitos em sua pluralidade.

A participação familiar não deve ser entendida como mecanismo de controle, mas como possibilidade de construção conjunta de estratégias pedagógicas. Nesse sentido, Santana *et al.* (2024, p. 11) demonstra que “a atuação colaborativa impacta positivamente a permanência, o rendimento e a motivação dos estudantes”, indicando que o envolvimento parental tem efeitos concretos no desempenho acadêmico.

Polônia e Dessen (2025, p. 308) complementam essa análise ao afirmarem que “a promoção de atividades conjuntas entre escola e comunidade” contribui para uma cultura participativa. Esse tipo de atividade, além de reforçar vínculos, permite que a escola assuma um papel mais democrático e aberto ao diálogo com a diversidade de sua comunidade.

Conforme argumenta Santana *et al.* (2024, p. 10), “quando há uma escuta mútua entre a escola e os pais, constrói-se uma base sólida para o desenvolvimento do estudante”, que passa a perceber-se

como parte de um processo de formação integrado. Essa integração, contudo, não deve ser pontual, mas contínua e institucionalizada, como prática pedagógica permanente.

O diálogo respeitoso e horizontal entre educadores e famílias constitui uma dimensão fundante da parceria escola-família, devendo estar ancorado em práticas institucionais que favoreçam a transparência e a corresponsabilidade. (Santana *et al.*, 2024, p. 8).

Essa citação sintetiza o princípio que rege a colaboração entre escola e família: a busca por uma interação qualificada, ancorada em valores de respeito, inclusão e escuta recíproca. A promoção dessa cultura colaborativa exige, portanto, mudança estrutural, formação docente adequada e políticas públicas voltadas à integração da comunidade escolar.

Dessa forma, conclui-se que a colaboração família-escola constitui mais que uma diretriz administrativa ou uma recomendação pedagógica; trata-se de uma estratégia formativa estruturante, capaz de promover o êxito escolar, a permanência dos estudantes e o fortalecimento da função social da escola. Sua efetivação, entretanto, depende de ações planejadas, compromisso político-pedagógico e reconhecimento mútuo entre os agentes envolvidos.

4 OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA CONSTRUÇÃO DO VÍNCULO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

O fortalecimento do vínculo entre escola e família enfrenta obstáculos diversos, de natureza institucional, cultural e formativa. Apesar da ênfase conferida à importância da parceria entre esses dois núcleos socializadores, as práticas escolares muitas vezes reproduzem lógicas excludentes que desestimulam a participação familiar. A construção de relações de confiança mútua é dificultada por concepções hierárquicas sobre o saber docente e pela ausência de canais efetivos de diálogo com os responsáveis legais.

A percepção de que o envolvimento da família restringe-se ao comparecimento em reuniões ou à fiscalização de tarefas escolares permanece enraizada no cotidiano de muitas instituições. Tal visão reducionista desconsidera a complexidade das relações sociais e as barreiras que dificultam a presença ativa dos pais no ambiente escolar. Santana *et al.* (2024, p. 12) observam que diversas escolas mantêm uma “postura centralizadora, limitando o papel da família a ações informativas”.

Essa limitação é acentuada pela ausência de políticas públicas que assegurem condições materiais e simbólicas para a atuação conjunta. Em contextos de vulnerabilidade social, a distância entre família e escola não decorre de desinteresse, mas de múltiplas privações que comprometem a disponibilidade e a confiança dos responsáveis. Como apontam Polônia e Dessen (2025, p. 306), é

recorrente “a tendência, por parte da escola, de interpretar o distanciamento das famílias como desinteresse”.

Tais interpretações contribuem para o fortalecimento de estigmas institucionais que vinculam determinadas famílias à negligência educativa. Ao desconsiderar as condições sociais que limitam a participação, a escola reforça dinâmicas de exclusão e afasta aqueles que mais necessitam de apoio. Nesse contexto, o preconceito institucional opera como uma barreira estrutural à construção de vínculos colaborativos (Polônia; Dessen, 2025, p. 310).

A ausência de formação docente voltada ao trato com famílias heterogêneas também é um fator que fragiliza essa relação. Muitos professores não se sentem preparados para lidar com situações conflituosas, especialmente quando envolvem pais com baixa escolaridade. Santana *et al.* (2024, p. 13) indicam que essa ausência de preparo gera “afastamento e tensão nos vínculos”. Essa tensão, por sua vez, compromete a eficácia do processo pedagógico.

A percepção de desigualdade entre famílias e profissionais da educação configura um obstáculo relevante à construção de vínculos colaborativos. Em muitos contextos, os pais demonstram relutância em participar do ambiente escolar por se perceberem deslocados diante do domínio técnico e discursivo dos educadores. Esse distanciamento não decorre apenas da ausência de escolarização formal, mas também de experiências anteriores marcadas por exclusão, julgamento ou desvalorização de seus saberes. Assim, a interação entre escola e família acaba sendo atravessada por relações assimétricas que desestimulam a participação e limitam a interlocução. Para romper esse ciclo de afastamento, é necessário que a escola desenvolva posturas acolhedoras, capazes de reconhecer e integrar as múltiplas formas de conhecimento presentes na trajetória familiar dos estudantes.

A sobrecarga dos profissionais da educação também constitui um desafio relevante. A intensificação do trabalho docente, associada à rotatividade de profissionais e à precarização das condições de trabalho, dificulta a implementação de práticas de escuta e diálogo. Santana *et al.* (2024, p. 14) destacam a existência de “um desafio estrutural nas escolas públicas brasileiras”, marcado por limitações físicas e administrativas.

Além disso, a comunicação entre escola e família muitas vezes adota um caráter unidirecional, centrado na notificação de problemas e no cumprimento de normas disciplinares. Em vez de promover a construção conjunta de estratégias pedagógicas, essa abordagem reforça uma lógica verticalizada. Polônia e Dessen (2025, p. 307) afirmam que os conflitos decorrem frequentemente de “uma comunicação unidirecional, centrada na cobrança de condutas”.

As diferenças socioculturais entre famílias e educadores, especialmente em escolas públicas, dificultam o estabelecimento de diálogo horizontal, gerando ruídos e distanciamentos que afetam o desempenho dos estudantes. (Oliveira; Marinho-Araújo, 2010, p. 104).

Essa citação evidencia que os desafios da relação escola-família não são apenas operacionais, mas sobretudo epistemológicos e políticos. É necessário reconhecer os saberes familiares como legítimos e relevantes para a formação dos estudantes. Quando a escola ignora ou desvaloriza esses saberes, estabelece-se um campo de disputa que inviabiliza o vínculo cooperativo.

Santana *et al.* (2024, p. 15) alertam para o risco de adoção de posturas culpabilizantes em relação às famílias, defendendo que “é preciso superar a lógica da culpabilização” e adotar abordagens mais sensíveis às condições de vida dos alunos. Essa crítica à responsabilização unilateral é compartilhada por Polônia e Dessen (2025, p. 309), que argumentam que “quando a escola silencia as narrativas familiares, fortalece uma relação assimétrica”.

A escola também assume, por vezes, o papel de autoridade exclusiva na tarefa de educar, o que leva à deslegitimação do papel da família. Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p. 104) afirmam que “a relação família-escola muitas vezes é caracterizada pela expectativa de que a escola intervenha, controle e discipline os comportamentos da criança”. Essa expectativa transfere à escola responsabilidades que deveriam ser compartilhadas.

Por outro lado, há famílias que delegam integralmente à escola o processo formativo, abdicando de sua função socializadora. Santana *et al.* (2024, p. 16) observam que “as famílias muitas vezes não reconhecem seu lugar no processo educativo”, o que revela a necessidade de ações de conscientização e valorização do papel parental.

É necessário, portanto, estabelecer um pacto pedagógico baseado na corresponsabilidade. Esse pacto só se concretiza mediante o reconhecimento das especificidades de cada grupo familiar e da diversidade sociocultural que atravessa o ambiente escolar. Polônia e Dessen (2025, p. 308) propõem a criação de “espaços coletivos de escuta e partilha” como estratégia para fortalecer a interlocução.

Finalmente, a superação dos desafios identificados exige mais do que ações pontuais: requer uma mudança de paradigma. A escola precisa deixar de operar sob a lógica da homogeneização e adotar práticas democráticas, sensíveis à pluralidade de sua comunidade. A construção do vínculo com as famílias, nesse sentido, demanda políticas públicas, formação docente contínua e vontade institucional de transformação.

5 PRÁTICAS INTEGRADORAS: EXPERIÊNCIAS DE APROXIMAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

A efetivação de vínculos entre escola e família ultrapassa a mera formalização de convites esporádicos para reuniões ou eventos institucionais. Em contextos onde se buscam estratégias de aproximação genuína, observa-se a emergência de práticas que incorporam as famílias como sujeitos ativos no processo pedagógico, rompendo com a lógica verticalizada que tradicionalmente marca essas relações. Essas iniciativas revelam possibilidades concretas de engajamento que valorizam os saberes comunitários e promovem a corresponsabilidade educacional.

Uma das práticas frequentemente mencionadas como eficaz consiste na realização de oficinas, atividades culturais e momentos formativos conjuntos. Tais ações favorecem a criação de ambientes dialógicos e inclusivos, em que as famílias não apenas recebem informações, mas também compartilham experiências e contribuições. Oliveira e Marinho-Araújo (2010) relatam que escolas vêm investindo em ações como cursos de alfabetização de adultos e oficinas temáticas, como forma de integrar o ambiente escolar ao cotidiano das famílias.

Nesse mesmo sentido, a escuta qualificada das expectativas dos pais revela-se central na formulação de projetos político-pedagógicos mais coerentes com as demandas da comunidade. A simples presença das famílias nos espaços escolares não garante sua integração efetiva; é necessário promover condições para que elas participem do planejamento e da avaliação das ações educativas. Santana *et al.* (2024) destacam que rodas de conversa têm se mostrado eficazes na identificação de barreiras institucionais e na proposição de estratégias mais sensíveis.

Além disso, a implementação de conselhos escolares com participação familiar tem contribuído para democratizar a gestão e ampliar o sentimento de pertencimento. Esses espaços institucionais tornam-se mecanismos fundamentais para institucionalizar o diálogo e conferir legitimidade às decisões coletivas. Conforme assinalam Santana *et al.* (2024, p. 18), essa inclusão “fortalece a governança democrática e amplia o sentimento de pertencimento das famílias”.

As atividades interativas, como feiras, exposições e encontros temáticos, também têm demonstrado capacidade de mobilização da comunidade e de valorização das identidades locais. Polônia e Dessen (2025) defendem que a promoção de eventos conjuntos contribui para uma cultura da participação e reforça a ideia de corresponsabilidade. A escola, nesses momentos, deixa de ser um espaço técnico-administrativo e torna-se território de convivência e produção coletiva.

Experiências que envolvem lideranças locais e organizações comunitárias ampliam ainda mais o escopo das práticas integradoras. Quando a escola atua em rede com outros serviços, como saúde e assistência social, amplia sua capacidade de apoio à criança e à família. Polônia e Dessen (2025)

observam que a integração intersetorial fortalece o impacto das práticas educativas e aproxima os responsáveis da rotina escolar.

Outro aspecto relevante refere-se à comunicação entre as partes. Iniciativas que utilizam plataformas digitais, grupos de mensagens ou canais permanentes de escuta têm facilitado o acompanhamento da vida escolar, especialmente entre famílias com menor disponibilidade de tempo. A eficácia desses meios, no entanto, depende da postura dialógica da escola, que deve reconhecer a autonomia e os saberes dos interlocutores. Nesse contexto, Santana *et al.* (2024, p. 20) afirmam que a valorização dos saberes parentais por meio de convites à sala de aula fortalece os vínculos.

O envolvimento das famílias na organização de eventos escolares reforça a ideia de pertencimento e transforma o espaço educativo em um território de convivência e produção coletiva (Oliveira; Marinho-Araújo, 2010, p. 109).

Essa citação sintetiza a proposta de uma escola comprometida com a criação de vínculos orgânicos com a comunidade. A presença das famílias não se limita ao cumprimento de obrigações administrativas, mas representa uma abertura institucional ao diálogo com os sujeitos que compartilham a responsabilidade pela formação dos estudantes. É importante destacar que tais práticas não surgem espontaneamente: exigem planejamento, intencionalidade e apoio da equipe gestora. A construção de parcerias com entidades como igrejas, associações e conselhos tutelares tem ampliado a capilaridade da escola nos territórios onde se insere. Oliveira e Marinho-Araújo (2010) ressaltam que essas alianças fortalecem a proteção social da criança e consolidam uma rede de apoio interinstitucional.

Paralelamente, a participação ativa dos responsáveis nos conselhos e colegiados escolares contribui para o fortalecimento da autonomia institucional. Ao partilhar decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, a escola reafirma seu compromisso com a democracia participativa. Polônia e Dessen (2025) assinalam que comissões participativas compostas por membros da comunidade escolar estimulam uma cultura de corresponsabilidade.

A incorporação da cultura local aos projetos pedagógicos tem igualmente se mostrado uma estratégia eficaz de integração. Quando os saberes populares e as práticas comunitárias são valorizados, os estudantes e suas famílias passam a se reconhecer na escola. Oliveira e Marinho-Araújo (2010) explicam que a valorização da cultura local reduz o sentimento de exclusão e fortalece os laços identitários.

As escolas que reconhecem as famílias como sujeitos educadores promovem uma mudança significativa no modelo de gestão. De receptoras de informações, as famílias passam a ser produtoras

de saberes e de decisões. Polônia e Dessen (2025) afirmam que esse reconhecimento promove uma lógica de inclusão dialógica e emancipatória. Essa lógica é oposta à perspectiva tecnocrática e verticalizada, comum em muitas instituições.

Santana *et al.* (2024) destacam ainda que a realização de oficinas de leitura, encontros formativos e feiras temáticas representa não apenas um recurso didático, mas também uma estratégia de aproximação simbólica. Essas atividades reforçam a percepção de que a escola é um espaço aberto, acessível e comprometido com a comunidade.

Outro elemento relevante é o acolhimento das famílias nos momentos de transição escolar, como ingresso na educação infantil, mudança de etapa ou reingresso após afastamento. A criação de protocolos de recepção e acompanhamento pode reduzir tensões, esclarecer expectativas e estimular a continuidade do vínculo. Tais práticas devem ser conduzidas com sensibilidade institucional e planejamento conjunto entre docentes e gestores.

Em suma, as práticas integradoras representam um deslocamento da escola de sua posição tradicional para uma postura mais dialógica, participativa e sensível às realidades locais. Quando institucionalizadas, essas práticas se consolidam como elementos estruturantes da cultura escolar, promovendo o engajamento das famílias e contribuindo para a formação integral dos estudantes.

6 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A análise bibliográfica realizada permitiu identificar três núcleos temáticos centrais na literatura recente: a colaboração entre escola e família como instrumento de formação integral; os entraves à construção de vínculos consistentes entre esses atores; e as práticas institucionais voltadas à aproximação concreta das famílias ao cotidiano escolar. Esses núcleos se articulam em torno de uma compreensão ampliada da educação como processo social e compartilhado, que demanda escuta recíproca.

A principal conclusão do estudo indica que o vínculo entre escola e família não pode ser reduzido a aspectos administrativos ou formais. Ao contrário, trata-se de uma dimensão estruturante da prática educativa, com impacto direto na permanência, no rendimento e no desenvolvimento afetivo dos estudantes. A literatura analisada aponta que instituições que promovem a participação ativa das famílias constroem um ambiente mais democrático, sensível às diversidades e comprometido com a inclusão.

As descobertas obtidas neste estudo reforçam a tese de que a aproximação entre escola e família não depende exclusivamente da vontade individual dos sujeitos envolvidos, mas exige mediações institucionais, formação continuada e políticas públicas consistentes. O envolvimento familiar não se

efetiva por meio de ações pontuais, como reuniões esporádicas, mas mediante práticas sistemáticas de acolhimento, escuta e reconhecimento de saberes não escolares. O caráter formativo da colaboração se manifesta quando as famílias são tratadas como coparticipantes do processo educativo, e não como agentes externos.

Tais conclusões dialogam com estudos anteriores que indicam a correlação entre envolvimento parental e melhoria do desempenho escolar, mas também introduzem a necessidade de problematizar a assimetria nas relações. A literatura analisada sugere que o envolvimento efetivo das famílias ocorre apenas quando a escola rompe com práticas excludentes e reconhece os obstáculos estruturais que limitam a presença e a atuação dos responsáveis legais, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

No entanto, o estudo também apresentou limitações. A natureza exclusivamente bibliográfica da pesquisa impediu o acesso direto a experiências concretas implementadas nas redes escolares, o que teria permitido contrastar os referenciais teóricos com dados empíricos. Além disso, a análise concentrou-se em um número restrito de artigos, ainda que selecionados com critérios rigorosos. Estudos com abordagem empírica, especialmente qualitativa, poderiam aprofundar o entendimento das práticas escolares e dos significados atribuídos pelas famílias a essas interações.

Outras limitações referem-se à escassez de pesquisas que analisem as práticas integradoras sob a ótica das famílias. Grande parte da produção científica concentra-se no ponto de vista institucional, o que pode ocultar experiências de resistência, estratégias informais de participação ou dinâmicas de exclusão simbólica. Essa lacuna aponta para a necessidade de estudos etnográficos e narrativos que recuperem a voz dos sujeitos historicamente silenciados nas análises escolares.

Resultados inesperados emergiram da constatação de que muitas práticas classificadas como integradoras, quando analisadas mais detidamente, reproduzem padrões tradicionais de autoridade e controle. Em vez de promoverem a escuta e o diálogo, limitam-se a reforçar a autoridade escolar. Essa constatação sugere que a participação familiar não se mede pela frequência de convites, mas pela qualidade das interações e pela abertura à construção coletiva. A literatura contemporânea indica que os discursos de participação nem sempre correspondem à efetivação de práticas democráticas no interior das instituições escolares.

Com base nas lacunas identificadas, recomenda-se a realização de investigações que articulem análise documental com observações em campo e entrevistas com os diversos sujeitos envolvidos. Estudos interdisciplinares, que mobilizem categorias da sociologia, da psicologia e da antropologia da educação, podem oferecer um panorama mais complexo e completo das relações entre escola e família.

Recomenda-se também a análise de políticas públicas voltadas à gestão democrática e à participação da comunidade escolar, com ênfase em sua implementação e eficácia.

Em síntese, os resultados aqui apresentados confirmam a relevância da articulação entre escola e família como componente essencial do processo educativo, ao mesmo tempo em que apontam a necessidade de revisão crítica das práticas atualmente adotadas pelas instituições escolares. O vínculo entre essas duas instâncias, para além de seu valor simbólico, constitui uma condição concreta para a garantia do direito à educação em sua dimensão integral.

7 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo geral compreender de que maneira as relações entre escola e família podem ser fortalecidas a partir de práticas institucionais colaborativas, sensíveis às condições socioculturais dos sujeitos envolvidos. Para tanto, delimitou-se como questão norteadora a seguinte indagação: ‘Em que medida a aproximação entre escola e família contribui para a formação integral do estudante e quais os obstáculos à consolidação desse vínculo?’

A investigação foi conduzida com base em uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, sustentada por três eixos temáticos interdependentes: a colaboração família-escola como estratégia formativa, os desafios contemporâneos na construção do vínculo entre essas duas instituições e as práticas integradoras implementadas com vistas à aproximação. A análise foi ancorada em três textos acadêmicos recentes e relevantes, cujas contribuições permitiram a elaboração de capítulos argumentativos articulados com as exigências metodológicas do campo educacional.

O estudo demonstrou que a aproximação entre escola e família não pode ser compreendida como uma prática periférica, mas sim como uma dimensão estruturante do processo educativo. A participação ativa dos responsáveis legais, quando sustentada por vínculos de confiança, escuta e corresponsabilidade, contribui significativamente para o rendimento escolar, a permanência dos estudantes e o fortalecimento de sua identidade social. No entanto, a efetivação desse vínculo ainda é atravessada por obstáculos de ordem institucional, simbólica e estrutural.

As evidências apontam para a necessidade de que a escola rompa com posturas hierárquicas e práticas excludentes, promovendo uma cultura institucional que reconheça e integre os saberes das famílias. A superação dos desafios identificados requer ações planejadas, investimento em formação docente, ampliação da gestão democrática e articulação intersetorial com outros serviços públicos. Tais medidas são indispensáveis à integração de um modelo educativo verdadeiramente inclusivo.

No tocante aos objetivos propostos, conclui-se que foram plenamente alcançados. A delimitação do tema permitiu a identificação das principais dimensões que compõem a relação entre

escola e família, enquanto a questão norteadora foi respondida a partir da articulação entre teoria e prática observada nas fontes analisadas. A abordagem metodológica revelou-se adequada ao tipo de investigação pretendido, conferindo densidade analítica às conclusões alcançadas.

Como proposição para investigações futuras, sugere-se a realização de estudos empíricos que explorem a percepção das famílias sobre sua inserção na dinâmica escolar, bem como pesquisas que avaliem a eficácia de programas institucionais voltados à promoção de vínculos mais estreitos com a comunidade. A ampliação do escopo metodológico, com utilização de entrevistas, observações e análise de documentos institucionais, pode enriquecer significativamente a compreensão sobre o tema e contribuir para a construção de políticas públicas mais equitativas e participativas.

REFERÊNCIAS

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Brasília, v. 21, n. 2, p. 123-145, 2025.

POLÔNIA, A. C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família-escola. Papers in Education, Brasília, 2025, pp. 305-310.

SANTANA, A. C. A.; SILVA, J. B.; RODRIGUES, D. M.; SILVA, L. G.; PEREIRA, M. N.; SANTANA, J. S. S.; ARAÚJO, M. M.; ANDRADE, C. O papel da família na educação: construindo pontes entre escola e lar. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 13, n. 2, p. 1-18, 2024.

SANTANA, A. N. V.; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. Caderno Pedagógico, v. 22, n. 1, e13702, 2025.